

"Aquilo que nós plantamos está dando certo."

Fernão Bracher, sócio do banco BBA, ontem, em São Paulo, sobre as perspectivas de crescimento da economia brasileira para este ano

Eleições e políticas econômicas oportunistas



MARCELO
CÔRTE
NERI

A utilização de políticas monetária, fiscal e cambial com claros fins político-eleitorais gera os "Ciclos Políticos de Negócios" (CPNs). A principal característica dos CPNs é a redução do desemprego em períodos pré-eleitorais, resultante de ações cujo objetivo seria proporcionar um ambiente positivo capaz de influenciar o resultado eleitoral.

Após essa expansão, o período pós-sufragio é caracterizado por uma inflação em alta, cuja consequência é a adoção de políticas contracionistas. Essa instabilidade, além de problemática do ponto de vista ético, é danosa à taxa de crescimento de longo prazo da economia.

A literatura enfatiza as expansões de demanda pré-eleitorais, o que implicaria um aquecimento a curto prazo e mais inflação a longo prazo, quando as

defasagens existentes no processo de formação de expectativas inflacionárias fossem eliminadas. Rigidez de expectativas e assimetrias de informação, por si só, implicam incentivos para a expansão de demanda pré-eleitoral.

A nova democracia brasileira está repleta de lançamento de pacotes em sintonia com o calendário eleitoral (artigo com Fabrício Carega). Planos que geram custos imediatos traduzidos em desemprego mais alto, como o Cruzado II, Collor, a desvalorização do real, foram lançados após as eleições. Ao passo que booms desinflacionários são, em geral, produzidos no período pré-eleitoral — vide planos Cruzado, Verão e Real. Entretanto, o instrumental utilizado nesses episódios é de oferta e não de demanda.

A aplicação de políticas de renda com controle de preços, câmbio, tarifas e/ou salários permitem o combate à inflação sem custos de desemprego no curto prazo. O caminho das políticas de demanda tende a ser mais lento e de duração mais incerta, o que diminui a sua utilidade no seu uso com fins político-eleitorais. A vantagem das políticas de oferta é o enri-

jecimento das decisões em nível microeconômico, o que, além de produzir ineficiências alocativas, alimenta as expectativas de futuras intervenções na economia.

A PME do IBGE nos permite acompanhar mudanças de renda de um mesmo indivíduo entre dois pontos no tempo. A opção adotada foi utilizar a proporção de pessoas que obtiveram reduções de renda nos períodos pré e pós-eleitorais. Essa estatística pode ser interpretada como a distância que falta em relação à ocorrência de uma melhora de Pareto da distribuição de renda. Isto é, a situação até certo ponto utópica em que todos os membros de um grupo ou melhoraram ou ficaram em posições equivalentes. Mais especificamente, medimos em seis grupos educacionais a diferença entre períodos pré ou pós-eleitorais recentes da proporção de indivíduos que tiveram reduções de renda. Num certo sentido, medimos o tamanho da "ressaca" após as eleições.

1986 — A comparação pré e pós-eleitoral revela que a proporção de indivíduos que obtiveram reduções de renda é superior, no ano do período pós-eleitoral, para todas as faixas de educação.

Esse resultado é consistente com a existência de motivações oportunistas ligadas aos CPNs.

1989 — À semelhança de 86, o ano apresenta um componente oportunista: o excesso da proporção de quedas de renda no período pós-eleitoral, quando comparado ao período pré-eleitoral, é generalizado.

1994 — Não apresenta características

A estabilidade diminui o retorno de ações oportunistas em termos eleitorais, em particular, no campo das políticas de renda

oportunistas: cinco dos seis grupos analisados apresentam melhor desempenho de renda no período pós-eleitoral. Os grandes beneficiários do surpreendente boom pós-eleitoral são os analfabetos. Em suma, o Real reedita o boom pré-eleitoral de outros planos. Entretanto, esses efeitos crescem no período pós-eleitoral contrariando a perspectiva eleitoral dos CPNs.

1998 — Apresenta proporções de redução de renda em níveis bastante superiores aos observados nos três episódios pré-eleitorais anteriormente analisados. A proporção de analfabetos com redução de renda nos períodos pré-eleitorais de 1986, 1989, 1994 é de 28,6%, 37,6%, 36,3%, contra 49,6% na correspondente fase de 1998.

Essa configuração seria inconsistente com o caráter eleitoreiro da política econômica vigente. Entretanto, pode-se argumentar que, por conta das crises externas, o governo não teve a oportunidade de gerar um ambiente eleitoral propício. Apenas postergou a adoção de medidas impopulares (a desvalorização cambial). Em quatro dos seis grupos educacionais, o desempenho no período pós-eleições de 98 é inferior ao observado no período pré-eleitoral. Porém, a diferença é pequena do ponto de vista substantivo.

Marcelo Côrtes Neri, Ph.D. em economia por Princeton, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, escreve quinzenalmente às terças-feiras.
E-mail: mcneri@fgv.br